ENEPEX
ENCONTRO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DE ANÍBAL QUIJANO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

Regiane Riquena Barbosa[1]; Tchella Fernandes Maso[2].
UFGD-FADIR C. Postal 533, 79.825-070 Dourados-MS.
[1] Acadêmica do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados. PIBIC/UFGD/CNPQ, Email: regianeriquena@gmail.com. [2] Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e professora assistente da área de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados. Email: tchellamaso@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é o de apresentar os conceitos elaborados pelo cientista social Aníbal Quijano que, em conjunto com outros pesquisadores do grupo Modernidade/Colonialidade, enriquece a percepção sobre os eixos que sustentam as relações de poder contemporâneas, as quais se iniciaram a partir da constituição da América. Pautado na trajetória do padrão de poder hegemônico de origem europeia e na forma como este foi imposto à população mundial, Quijano oferece ferramentas importantes para a compreensão da política global. Destacando a partir de uma perspectiva latino-americana um elemento central, excluído por grande parte das análises em Relações Internacionais: a colonialidade.

Palavras-chave: Colonialidade do Poder. Eurocentrismo. Relações Internacionais.

INTRODUÇÃO

A reflexão apresentada aqui é fruto dos debates realizados no grupo de pesquisa "A tradução do subalterno no projeto político-epistêmico de superação da colonialidade na América Latina", em particular dos avanços da iniciação científica intitulada "Colonialidade e Eurocentrismo na América Latina, um olhar sobre o discurso de Aníbal Quijano". O objetivo desta foi revisar o conjunto da produção teórico-política do peruano Aníbal Quijano, com

ênfase nos conceitos de colonialidade e eurocentrismo aplicados à compreensão da América Latina. De forma acessória, realizou-se um estudo acerca da trajetória de vida do intelectual a fim de verificar seu contato com a luta social.

A fim de comunicar as pesquisas levadas a cabo em quase um ano de atividades, esse artigo visa apresentar os conceitos elaborados pelo cientista social Aníbal Quijano que, em conjunto com outros pesquisadores do grupo Modernidade/Colonialidade, enriquece a percepção sobre os eixos que sustentam as relações de poder contemporâneas, as quais se iniciaram a partir da constituição da América. Ademais, busca-se iniciar o debate acerca da importância de retomar no campo das Relações Internacionais (RI) autores críticos à colonialidade.

As viradas sociológica e linguística que chegam ao campo disciplinar das RI no pós Guerra Fria alavancaram uma diversidade de temas e enquadramentos cognitivos, que somados à realidade histórica, estimularam reinvenções dos discursos da área. Parte dessas críticas à estrutura disciplinar do campo questionava a univocidade da academia norte-americana e a centralidade da Ciência Política e alguns ramos da História na fundamentação ontológica das RI. Além disso, destacou-se o aprisionamento das narrativas hegemônicas ao método positivista, associado a um discurso científico naturalista, racionalista e empiricista.

Soma-se a isso o caráter periférico das perspectivas que destacam a arbitrariedade do discurso científico nas RI. A representação do sujeito soberano em tal narrativa é fruto da interseccionalidade das lógicas de poder disfarçadas por uma aparente neutralidade científica. Dessa forma, embora com importante peso intelectual, tal debate adentrou em menor grau os centros de pesquisa na América Latina, que também experimentam o esvaziamento de perspectivas próprias ou ancoradas nas realidades locais. Nos casos brasileiro, argentino, colombiano e mexicano, mais da metade dos cursos de graduação priorizam o ensino do realismo e liberalismo e seguem os parâmetros estadunidenses de formatação das RI (TICKNER; CEPEDA; BERNAL, 2013:19).

Esse artigo foi elaborado com o intuito de atenuar tal quadro e trazer autores latino-americanos para a discussão teórica das RI, bem como destacar o conceito de colonialidade como referência importante nas análises da área.

Para a compreensão da realidade internacional na contemporaneidade, definida por muitos como uma ordem globalizada, há que se retomar os padrões de poder originários de tal processo. Nesse sentido, Aníbal Quijano nos oferece uma perspectiva que integra elementos históricos, econômicos, políticos e ideológicos que estruturam as relações de poder na atualidade.

Para Quijano, a globalização é uma derivação do padrão de poder mundial, padrão que tem em seu eixo principal a classificação social, que foi difundida através da ideia de raça, utilizada como uma forma de dominação colonial eurocêntrica (QUIJANO, 2005a: 117). A fim de compreender esse argumento, o artigo será dividido em três partes: contextualização teórico-analítica do discurso de Aníbal Quijano, por meio da breve apresentação do grupo Modernidade/Colonialidade; exposição do pensamento de Aníbal Quijano e considerações finais, com o intuito de convidar os analistas de Relações Internacionais à incorporarem o conceito de colonialidade e a proposta de transformação de Quijano.

1. O GRUPO MODERNIDADE/COLONIALIDADE

O grupo Colonialidade/Modernidade foi nomeado por Arturo Escobar em 2002, sendo formado em sua maioria por intelectuais latino-americanos próximos de I. Wallerstein. A reflexão do grupo é entrelaçada pela defesa de uma construção alternativa à modernidade eurocêntrica (OLIVEIRA;CANDAU, 2013:277). Seus principais representantes[1] são E. Dussel. W. Mignolo, A. Quijano, R. Grosfoguel, C. Walsh, N. Maldonado-Torres e A. Escobar (OLIVEIRA;CANDAU, 2013: 277).

Partindo do pressuposto que a colonialidade é constitutiva da modernidade, a realização do projeto europeu de encobrimento do mundo (outro) marca o início desse processo, 1492. Apesar das independências políticas das ex-colônias, primeiro na América Latina e, posteriormente, nos continentes africano e asiático, a condição colonial se perpetua. Como explicam representantes do grupo:

> Nosotros partimos, en cambio, del supuesto de que la división internacional del trabajo entre centros y periferias, así como la jerarquización étnico-racial de las poblaciones, formada durante varios siglos de expansión colonial europea, no se transformó significativamente con el fin del colonialismo y la formación de los Estados-nación en la periferia. Asistimos, más bien, a una transición del colonialismo moderno a la colonialidad global, proceso que ciertamente ha transformado las formas de dominación desplegadas por la modernidad, pero no la estructura de las relaciones centro-periferia a escala mundial. (CASTRO-GOMÉZ; GROSFOGUEL, 2007:13, grifo nosso).

A colonialidade global é estruturada de forma triangular nas interfaces do poder, saber e ser. Por colonialidade compreende-se a continuidade de um padrão de poder articulado em representações binárias e hierárquicas de construção de sentido. Tal padrão articula-se a partir da descoberta das Américas em 1492 e permanece na contemporaneidade. Segundo a definição de Restrepo e Rojas,

[1] Alguns mencionam o Boaventura de Souza Santos também como membro do grupo (BALLESTRIN, 2013:98).

> La colonialidad es un fenómeno histórico mucho más complejo[que el colonialismo] que se extiende hasta nuestro presente y se refiere a un patrón de poder que opera a través de la naturalización de jerarquías territoriales, raciales, culturales y epistémicas, posibilitando la re-producción de relaciones de dominación; este patrón de poder no sólo garantiza la explotación por el capital de unos seres humanos por otros a escala mundial, sino también la subalternización y obliteración de los conocimientos, experiencias y formas de vida de quienes son así dominados y explotados (RESPREJO, 2010:15).

Portanto, a colonialidade apresenta um elemento material de exploração, mas também uma formatação ideacional e identitária. Definida como "epistemicida" (SANTOS, 2007:91), a ciência moderna/colonial produziu um modelo único, universal e objetivo tendo como referência a Europa (OLIVEIRA; CANDAU, 2013: 280). Portanto, excluiu outros saberes e outras formas de interpretar o mundo, desautorizando epistemologias da periferia do ocidente. Tal colonialidade do saber[2] é representada na geopolítica do conhecimento, a partir da qual a razão, a verdade e a ciência são atributos possíveis nas – e das – metrópoles, cabendo aos territórios (ex) coloniais e seus sujeitos o status de objetos, classificados como populares, leigos, naturais, ignorantes, sem lei (SANTOS, 2007:72).

Nesse emaranhado entre poder e saber opera também a colonialidade do ser[3]. A destituição da existência, da condição de humanidade dos outros não europeus: a exterioridade negada. A bula papal de 1537 afirmou que os índios eram humanos, uma vez que desejavam "ardentemente" a fé católica (Papa Paulo III apud SANTOS, 2007: 75). Tal representação denota o genocídio existencial que referenciou a destituição de identidades no colonialismo, com consequências vigentes na atualidade, como os currículos e as disciplinas centrados na história europeia como se essa fosse universal.

Em resumo, pode-se afirmar que o grupo Modernidade/Colonialidade integra-se na percepção da colonialidade (do poder, saber, ser) como estruturantes das relações políticas globais. Aníbal Quijano possui um papel de destaque na teorização do grupo, uma vez que definiu a colonialidade do poder. Em suas palavras:

> La colonialidade es uno de los elementos constitutivos y específicos del patrón mundial de poder capitalista. Se funda en la imposición de una clasificación racial/énica de la problación del mundo como piedra anguar de dicho patrón de poder y opera en cada uno de los planos, ámbitos y dimensiones, materiales y

---

[2] "(…) se puede afirmar que con la noción de colonialidad del saber se pretende resaltar la dimensión epistémica de la colonialidad del poder; se refiere al efecto de subalternización, folclorización o invisibilización de una multiplicidad de conocimientos que no responden a las modalidades de producción de 'conocimiento occidental' asociadas a la ciencia convencional y al discurso experto (RESTREPO; ROJAS, 2010: 136).

[3] "(...) podemos afirmar que la colonialidad del ser refiere a la dimensión ontológica de la colonialidad del poder, esto es, la experiencia vivida del sistema mundo moderno/colonial en el que se inferioriza deshumanizando total o parcialmente a determinadas poblaciones, apareciendo otras como la expresión misma de la humanidade" (RESTREPO; ROJAS, 2010: 156).

> subjetivas, de la existência social cotidiana y a escala societal. Se origina y mundializa a partir de America (QUIJANO, 2000: 342).

2. O DISCURSO DE ANÍBAL QUIJANO.

Aníbal Quijano nasceu em 1928 em Yanama, é um sociólogo peruano e pensador humanista, conhecido por ter desenvolvido o conceito de colonialidade do poder, que nos anos 1960, ganhou forte destaque passando a ser amplamente debatido (CLÍMACO, 2014: 15). Desde então, seu trabalho tem sido influente nas áreas de estudos pós-coloniais, surgindo como uma nova ferramenta para a análise das relações e diálogos sociais nas Relações Internacionais.

Iniciou sua graduação em 1948 na "Faculdad de Ciencias de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos" quando começou seus estudos analisando as obras de Marx, que muito o influenciou (CLÍMACO, 2014: 15). Atualmente é Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Binghamton, Nova Iorque. Quijano é um intelectual de destaque nas Ciências Sociais, ocupando vários cargos como professor convidado em universidades em todo o mundo, sendo a Universidade de São Paulo uma delas. É fundador e diretor da "Cátedra América Latina y la Colonialidade del Poder" na universidade Ricardo Palma em Lima (CLÍMACO, 2014: 15).

Possuidor de posições e de criticas fortes, ele nos leva a refletir sobre as características da América Latina dentro do padrão de poder capitalista (CLÍMACO, 2014: 18), revisando a identidade latino americana, as culturas políticas sociais e a descolonização do poder (CLÍMACO, 2014: 19).

Para destacar o pensamento desse autor, o dividimos em quatro tópicos: Raça, Exploração e Trabalho, Modernidade e Eurocentrismo, Estados-Nação na América e Utopia e Revolução.

2.1. RAÇA: UM EMPREENDIMENTO DE DOMINAÇÃO SOCIAL.

O novo padrão de poder constituído na América Latina possuiu como seu alicerce a ideia de raça, que em um primeiro momento baseou-se na diferença entre colonizados e colonizadores, situando os colonizados como inferiores. Essa diferença biológica serviu como elemento fundador da dominação, originado na América e expandindo-se mundialmente (QUIJANO, 2005a: 117). Dussel retratou da seguinte forma o encontro entre essas civilizações tão diferentes, os dominadores e dominados, a civilização e a barbárie “num

mesmo solo (...) duas civilizações distintas (...) uma nascente (...) outra que, sem se preocupar com o que tem a seus pés, procura realizar os últimos resultados da civilização europeia" (DUSSEL, 1997: 253).

Por meio da ideia de raça produzida na América, surgiram novas identidades sociais como, índios, negros e mestiços, assim como, surgiu à denominação espanhola, portuguesa e europeia. O que antes era usado apenas geograficamente como forma de identificar a origem do indivíduo passa a ser uma característica determinante para a construção de novas identidades. A ideia de raça se transformou em algo tão forte, que acabou se tornando parte integrante da subjetividade dos sobreviventes (QUIJANO, 2005a: 117).

Essas novas identidades foram utilizadas com a finalidade de formação de hierarquias, podendo assim, estabelecer o papel de cada identidade "raça", dentro da sociedade nesse atual padrão de dominação. Os negros eram a identidade racial mais importante economicamente. Posteriormente com a expansão mundial europeia, a ideia de raça separou povos como, europeus e não-europeus. Essa forma de diferenciar estruturas biológicas foi e ainda permanece sendo, o eixo fundador mais bem sucedido como instrumento de dominação, assim como, o intersexual e o de gênero (QUIJANO, 2005a: 117-118).

2.2. EXPLORAÇÃO E TRABALHO: O SURGIMENTO DO CAPITALISMO NA AMÉRICA.

O capital se juntou na história da América através da escravidão e da servidão com a finalidade de produzir mercadorias destinadas para o mercado mundial, configurando um novo padrão global de controle do trabalho. Quijano dividiu essa fase em três etapas. 1- Organização para a produção de mercadorias; 2- A ação conjunta entre capital e mercado; 3- Preenchimento de novas funções, desenvolvendo traços e novas configurações. A ação conjunta entre controle do trabalho, recursos e produtos fundou o capitalismo mundial (QUIJANO, 2005a: 118).

A diferença racial serviu como método de classificação social distribuiu os papéis na nova estrutura de controle do trabalho (QUIJANO, 2005: 118). Após a configuração de raça surge à dominação pelo sexo, em uma sociedade patriarcal a mulher era subjugada ao homem, porém se a mulher fosse branca e o homem negro, este seria inferior à mulher branca (QUIJANO, 2005b: 18). Com o fim da escravidão indígena decidida pela Coroa de Castela, os índios dentro dessa classificação social, passaram a ocupar o lugar de servidão, e os negros continuaram na escravidão. Nesse dado período, somente os espanhóis e portugueses podiam

possuir comércios e receber salários, aos mestiços de espanhóis e mulheres indígenas foi permitido no século XVIII, que ocupassem o mesmo lugar antes destinado apenas aos ibéricos não nobres. A classificação racista perdurou durante todo o período colonial. Com a expansão europeia novas raças surgiram, adicionando os amarelos e os oliváceos, cada nova identidade com lugar previamente estabelecido dentro do controle de trabalho (QUIJANO, 2005a: 118-119).

A riqueza da América e sua localização geográfica permitiu aos brancos o acesso ao ouro e a prata. Assim como o trabalho forçado dos escravos com sua mão de obra gratuita, permitiu que os colonizadores entrassem no mercado mundial, assumindo o controle do mercado da China, Egito, Síria, Oriente Médio e Extremo, dessa forma expandindo a dominação colonial a outros povos (QUIJANO, 2005a: 119).

A Europa se constituiu como o coração do mundo capitalista, graças à colonialidade do controle do trabalho, distribuindo a posição social geográfica no capitalismo mundial (QUIJANO, 2005a: 120).

A Europa incorporou o restante do planeta como seu "sistema-mundo" [4]. O capitalismo mundial regido pela Europa, reconfigurou as histórias culturais dos países dominados, como a África, a Ásia e Oceania, através de sua hegemonia de controle do conhecimento e de controle de produção. Por meio das desapropriações das civilizações colonizadas, novas identidades geoculturais foram formadas pela repressão das formas de produção de conhecimento (QUIJANO, 2005a: 121).

Dentro do sistema-mundo europeu desenvolveu-se o "etnocentrismo", passando a ser a modernidade, e a racionalidade produtos europeus. No etnocentrismo europeu, existe o "outro" em completo estado de natureza e o "eu" que é o resultado da evolução (QUIJANO, 2005a: 122).

2.3. EUROCENTRISMO E MODERNIDADE

A Europa se denominou como criadora e protagonista da modernidade, deixando o "outro" em um nível inferior. Após a 2ª Guerra Mundial o dualismo passou a ser debatido como, desenvolvimento/subdesenvolvimento, 1º mundo/3º mundo, por meio do domínio intersubjetivo essa ideia passou a ser propagada mundialmente. Para o Quijano a modernidade

[4] Teoria do sistema mundo: perspectiva marxiana do capitalismo no sistema mundial e suas relações determinantes de longa duração histórica (QUIJANO, 200: 344).

significa o avançado, a novidade, possível de acontecer em todas as culturas, lembrando-se de cidades como “Machu Pichu, Boro Buder, as pirâmides e os templos”, e sua alta tecnologia muito anterior à formação da nova identidade da Europa que se denominou como civilização moderna (QUIJANO, 2005a: 122).

Quijano apresenta um conceito de modernidade sem excluir o processo histórico e incluindo como único protagonista, a Europa, sendo a primeira na história a possuir o padrão de poder mundial. 1- Capitalismo hegemônico: envolvendo o controle do trabalho, dos recursos e dos produtos; 2- Família burguesa: controlando o sexo, seus recursos e produtos; 3- Estado nação: com legitimidade da força, seus recursos e seus produtos, com o eurocentrismo no controle subjetivo, e com o padrão de poder interligando todas as demais instituições; 4- Possuidora de um padrão de poder que se refere a toda a população mundial através de três elementos, a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo (QUIJANO, 2005a: 123).

Para Quijano a América tem “uma relação umbilical entre os processos históricos que se geram a partir da América e as mudanças (...) da intersubjetividade de todos os povos que se vão integrando no novo padrão de poder mundial”. Um fenômeno que ocorreu juntamente com a América e em conjunto com a modernidade (QUIJANO, 2005a: 124).

A percepção da mudança histórica para Quijano nos remete a pensar no amanhã como um elemento chave para as mudanças, pois somente o futuro admite mudanças produzidas e sentidas pela ação humana. Portanto, o conceito de modernidade se trata de alterações materiais e subjetivas das relações sociais em um período histórico mundial iniciado em conjunto com a constituição da América, que a partir da sua formação “um novo espaço/tempo se constitui, material e subjetivamente” (QUIJANO, 2005a: 124).

> “No obstante, fue decisivo para el proceso de modernidad que el centro hegemónico de ese mundo estuviera localizado en las zonas centro-norte de Europa Occidental. Eso ayuda a explicar por qué el centro de elaboración intelectual de ese proceso se localizará también allí, y por qué esa versión fue la que ganó hegemonía mundial. Ayuda igualmente a explicar por qué la colonialidad del poder jugará un papel de primer orden en esa elaboración eurocéntrica de la modernidad. Esto último no es muy difícil de percibir si se tiene en cuenta lo que ya ha sido mostrado antes, el modo como la colonialidad del poder está vinculada a la concentración en Europa del capital, del salariado, del mercado del capital, en fin, de la sociedad y de la cultura asociadas a esas determinaciones. En ese sentido, la modernidad fue también colonial desde su punto de partida” (QUIJANO,2005a: 125).

O poder mundial capitalista junto com o tempo histórico, sob a perspectiva de mudança necessita da “dessacralização” das autoridades e das hierarquias, a ruína das estruturas e instituições, a individualização para questionar e nivelar as relações sociais. “A modernidade é (...) uma questão de conflitos de interesses sociais.”

A diferença histórica acerca da modernidade/modernização entre Europa Ocidental e América Latina está no tipo de controle do trabalho. Na Europa existe a concentração da relação capital-salário, sendo o principal eixo de classificação social e da estrutura de poder. Já na América Latina, o controle do trabalho é o não salarial, elemento responsável pelos destinos diferentes dos dois continentes (QUIJANO, 2005a: 125).

O eurocentrismo é uma forma de conhecimento produzido na Europa Central do século XVII, que surgiu com a finalidade de servir ao padrão mundial do poder capitalista a partir da constituição da América, com racionalidade especifica e sendo mundialmente hegemônico (QUIJANO, 2005a: 126).

Nessa perspectiva eurocêntrica, a reciprocidade, a escravidão, a servidão e a produção mercantil, foram fatos ocorridos anteriormente ao capital, sendo incompatíveis com o capitalismo. Quijano apresenta que na futura América, a escravidão e todas as outras formas de dominação, ocorreram objetivamente para a produção de mercadorias com a finalidade de abastecer o mercado mundial, todas as formas de trabalho foram articuladas para servir a esse propósito (QUIJANO, 2005a: 126).

O capital surge durante os séculos XI e XII na "região meridional ibérica e/ou itálica, e no mundo islâmico", sendo assim o capital é anterior à constituição da América, mas devido a América ele pôde ser consolidado no sistema de relações de produção organizada (QUIJANO, 2005a: 126).

A América foi conquistada e colonizada pelos ibéricos que, encontraram diversos povos diferentes, entre eles, astecas, maias, chimiss, aimarás, chibchas e etc, 300 anos após a colonização, essas identidades foram apagadas e denominadas como indígenas, assim como ocorreu com escravos africanos, (QUIJANO, 2005a: 127) que foram sequestrados e violentamente desenraizados de suas terras (QUIJANO, 2005b: 17), achantes, iorubas, zulus, congos, bacongos, etc, que passado o mesmo período passaram a ser conhecidos como negros (QUIJANO, 2005a: 127).

Esse processo culminou em dois resultados na história da colonização, as identidades perdidas e a negação de seu lugar na cultura mundial. Estes, foram realocados no tempo histórico como passado, como não-europeus e como primitivos (QUIJANO, 2005a: 127).

Geoculturamente, a primeira identidade estabelecida foi a da América e posteriormente a Europa, a segunda como consequência da primeira. A nova identidade europeia foi construída através do trabalho forçado dos indígenas, negros e mestiços da América e das riquezas aqui encontradas, porém é na Grécia que os europeus afirmam sua origem e sua linhagem (QUIJANO, 2005a: 127).

Em uma confrontação da experiência histórica com o eurocentrismo do conhecimento encontra-se: 1- O dualismo: europeu/não-europeu, primitivo/civilizado, tradicional/moderno; 2- O evolucionismo: do estado de natureza à sociedade europeia; 3- A ideia de raça; 4- A relocalização no tempo histórico: o não-europeu colocado no passado (QUIJANO, 2005a: 127).

No novo dualismo, a relação do corpo e não-corpo, está relacionada com a ideia de raça e de gênero no eurocentrismo. A diferenciação do corpo e não-corpo pertenceu a cultura de todos os povos, porém elas não foram separadas, coexistiram, sendo inseparáveis do ser humano. No cristianismo houve a divisão da "alma" do "corpo", ocorrendo uma ambivalência nesse sentido, pois a "alma" é o objeto de salvação mas, o "corpo" é o ressuscitado (QUIJANO, 2005a: 128-129).

Durante os séculos XV e XVI ocorreu a ênfase da "alma" no período da inquisição, havendo uma mutação desse dualismo com Descartes, o que antes era corpo e não-corpo passa a ser "razão/sujeito" e "corpo". A razão capaz de um conhecimento racional e o corpo como objeto de conhecimento. Devido a essa leitura eurocêntrica, as raças inferiores foram tratadas como seres não-racionais, tendo seus corpos colocados entre próximos da natureza ou, dentro da natureza conforme o nível de sua inferioridade. Nessa escala estão, negros, índios, oliváceos, amarelos e mulheres "próximos da natureza", enquanto que as "mulheres negras" nessa escala de classificação social, são as mais inferiores e que, portanto, se encontram "dentro da natureza", acredita-se que a ideia de gênero surgiu nesse novo e radical dualismo (QUIJANO, 2005a: 129).

Dentro desse dualismo europeu Boaventura aborda a problemática do pensamento abissal, como sendo a impossibilidade dos dois lados da linha, o "eu e o outro" coexistirem, transformando o outro em algo invisível aos olhos, à resposta dessa problemática seria o enfrentamento desse pensamento, o reconhecimento dessa linha divisória, para que esse axioma não possa ser reproduzido (SANTOS, 2007: 76).

O eurocentrismo é como um espelho distorcendo o que reflete, porém não é de todo ilusório, pois possuímos traços e semelhanças com os europeus. No entanto, também somos distintos, fomos levados sem sabermos ou sem desejarmos a ver e a aceitar esse reflexo distorcido como sendo nosso e real. "Y como resultado no podemos nunca identificar nuestros verdaderos problemas, mucho menos resolverlos, a no ser de una manera parcial y distorsionada" (QUIJANO, 2005a: 129-130).

2.4. OS ESTADOS-NAÇÃO NA AMÉRCIA

Um grande exemplo das consequências do eurocentrismo e sua adesão irrestrita na América Latina é a formação do Estado Nação. O Estado se baseia na democracia politica e na cidadania, englobando igualdade jurídica e civil de pessoas que dentro do padrão de poder e das relações sociais eurocêntricas, estão desigualmente situadas, somado com uma democratização do trabalho, dos produtos e das gestões politicas, formando assim, uma comunidade que compartilha um sentimento comum de pertença, constituindo uma nova identidade entre seus membros, tornando-os uma sociedade individualizada. Como alicerce de um Estado Nação, está o poder, e esse poder além de ser um dos elementos principais do Estado é também considerado como um produto do mesmo, o poder sempre será a imposição de uns sobre outros, "um espaço de dominação disputado e conquistado" (QUIJANO, 2005a: 130).

O processo de formação do Estado na Europa se iniciou com a colonização de grupos políticos sobre comunidades estrangeiras (QUIJANO, 2005a: 131). Já na Espanha ocorreu à chamada "limpeza étnica" imposta pela Coroa de Castela e de Aragão que sujeitava os muçulmanos e os judeus, a se tornarem cristãos através de um "certificado de limpeza de sangue", (QUIJANO, 2005b: 19). Esses fatos ocorreram paralelamente com a colonização na América. Dentro desse movimento histórico ocorria: 1- A colonização interna: dentro de um mesmo território acontecia uma dominação de povos com identidades diferentes; 2- A colonização externa: dominação de territórios e de povos que não pertenciam ao espaço interno do colonizador (QUIJANO, 2005a: 131).

Historicamente observa-se que a formação de um Estado forte não é suficiente para formar em toda uma comunidade de membros diversos e diferentes uma identidade comum e leal, se faz necessária uma democratização da sociedade para que a nacionalização aconteça (QUIJANO, 2005a: 131).

Quijano mostra as diferenças ocorridas nos processos de colonização da América, analisando primeiramente os Estados Unidos. A colonização americana ocorreu em um território considerado pequeno, ficando os indígenas em outro território não colonizado, tendo entre eles uma relação de comércio e de aliança militar na guerra entre os colonialistas e os franceses. Como os indígenas não faziam parte do território colonizado, quando ocorreu a independência dos Estados Unidos eles ficaram excluídos da formação deste novo Estado Nação, passando a ocupar o lugar de estrangeiros no território americano, sendo após, quase exterminados na expansão territorial americana. E os sobreviventes tornaram-se raça colonizada (QUIJANO, 2005a: 131-132). No Brasil os negros continuavam a ser escravos,

enquanto os indígenas, tendo sua grande parte da população na Amazônia, também foram tratados como estrangeiros no País (QUIJANO, 2005a: 135).

O Cone Sul na América Latina é formado por Argentina, Chile e Uruguai, e no processo de formação do Estado os indígenas, que eram a maioria na população, também não foram integrados a essa nova sociedade, sendo exterminados, para assim, através da imigração os europeus homogeneizarem rapidamente a nova sociedade. Essa imigração europeia, especificamente em Buenos Aires, chegou à soma de 80% da população, esse processo ocorreu primeiramente na Argentina e no Uruguai no século XIX e depois no Chile no início do século XX (Quijano, 2005a: 132-133).

A população europeia vinda para Argentina não encontrou estruturas e identidades fortes para se incorporar e se identificar a ela, devido à concentração de terras e de poder nas mãos de um grupo fechado, as relações sociais democráticas tornaram-se impossíveis. Dessa forma, levou tempo para que os novos habitantes adquirissem uma identidade nacional, mas prosseguiram negando a história latino americana e rejeitando qualquer laço com os habitantes indígenas. No Chile e no Uruguai os imigrantes europeus, ao contrário da Argentina, encontraram um Estado com uma identidade formada e consolidada (QUIJANO, 2005a: 133).

Somente o México e a Bolívia conseguiram ir mais adiante no processo de descolonização social por meio revolucionário, porém esse movimento foi contido. Esses países possuíam uma população de 90 % de indígenas, negros e mestiços, porém o poder estava concentrado nas mãos de uma pequena minoria de brancos, que possuíam privilégios de restrições legislativas por parte da Coroa Espanhola. No processo de formação do Estado, deixaram de lado e não permitiram que essa grande maioria de 90 %, tivessem a escolha de participar da vida política e da organização social. Outras revoluções de descolonização aconteceram, mas sem lograr êxito, como no caso do Haiti que enfrentaram uma intervenção militar dos Estados Unidos para combater esse movimento. Portanto, os países colonizados tiveram processos de independência baseados em sociedades coloniais (QUIJANO, 2005a: 133-134).

Os brancos dependiam da dominação das raças inferiores para manterem seus status e privilégios, não tendo entre eles nada em comum quanto ao interesse social e nacional, dessa forma os dominadores mantiveram seus interesses alinhados aos interesses europeus[5]. (QUIJANO, 2005a: 134).

[5] Tal processo é denominado por Casanova (2007: 1) como colonialismo interno.

Enquanto a Europa e os Estados Unidos transformava sua economia em capital industrial, os colonizadores latino americanos não conseguiram segui-los, porque isso implicava na libertação dos índios, servos e negros da mão de obra gratuita. No século XIX, os escravos foram libertados e substituídos pelos imigrantes, mas a libertação da servidão indígena é mais recente. (QUIJANO, 2005a: 135).

O que houve com os países da América do Sul foi uma dependência histórico-estrutural, que culminou em uma subordinação econômica. Com a crise mundial econômica dos anos 30, inicia-se o processo de industrialização, uma nova fase que se fazia necessária. No entanto, representa uma reorganização da colonialidade do poder e não um processo de desenvolvimento do Estado Nação (QUIJANO, 2005a: 135). Dussel explica que o modelo econômico dos países desenvolvidos foi copiado pelos países latino-americanos. Porém, estes não tiveram o mesmo êxito devido ao processo de exploração sentido pelos países da América Latina, que adentraram de maneira desigual na divisão internacional do trabalho[6] (DUSSEL, 1997: 260).

Quanto aos problemas históricos e ideológicos do Estado Nação, o que impede a nacionalização da sociedade da América Latina é a falta de objetivos comuns. Para Quijano a nacionalização descrita pela história depende de uma democratização da sociedade, formando um espaço de identidade e de interesses em comum, para assim, constituir um Estado democrático. Porém, a imposição da ideia de raça, historicamente, sempre limitou a construção de uma Nação, sendo necessária a admissão de que ela é um fator básico na problemática nacional (QUIJANO, 2005a: 135-136).

3. UTOPIA E REVOLUÇÃO EM ANÍBAL QUIJANO.

Partindo do pressuposto de que a dominação é um meio e um requisito para a exploração e a ideia de raça é um instrumento de acontecimento histórico, ambos alojados dentro do padrão mundial do poder capitalista é que Aníbal Quijano explora as possibilidades de transformação da ordem vigente. A cerca de revolução Quijano defende e propõe que:

> "O socialismo não pode ser outra coisa que a trajetória de uma radical devolução do controle sobre o trabalho/recursos/produtos, sobre o sexo/recursos/produtos, sobre a autoridade/instituições/violência, e sobre a intersubjetividade/conhecimento/comunicação, à vida cotidiana das pessoas (QUIJANO, 2005a: 137)."

[6] Tal leitura está presente nos teóricos da dependência.

Para Quijano as formas utilizadas para discutir a politica da América Latina foram distorcidas da realidade, sendo que essa distorção é um resultado da perspectiva eurocêntrica do padrão de poder mundial, que utiliza o evolucionismo e o dualismo, que prefere negar já que não sabe o que fazer, é necessário que nós, latino-americanos, deixemos de ser quem nunca fomos e de nos libertar do reflexo do espelho eurocêntrico que não reflete nossa verdadeira imagem (QUIJANO, 2005a: 138-139). O eurocentrismo distorceu e bloqueou nossa experiência histórica social, nos levando a admitir a cultura europeia como verdadeira e única (QUIJANO, 2005b: 17). Dussel define que:

> "O mestiço é o homem latino-americano cuja mãe é a índia e o pai é o conquistador hispânico. Por isso mestiço é o homem latino-americano propriamente dito, e daí também se estabelece uma dominação interna e outra externa. O norte atlântico domina desde fora, mas também desde dentro (DUSSEL, 2007: 256)."

Com a colonização, surgiram simultaneamente, a América Latina, o capitalismo e a modernidade, que atualmente, se encontram em uma crescente crise mundial. Mundial por se tratar de que, tanto o capitalismo quanto a modernidade, são os eixos de suporte do padrão atual de poder (QUIJANO, 1993: 60). A crise do capitalismo estaria na possibilidade real de produção de produtos sem a intervenção humana direta no manuseio, a crise da modernidade, estaria no modelo eurocêntrico que domina nosso conhecimento e nossa cultura, e por último a crise na América Latina, crises que devem ser estudadas juntas, interligando-as para compreender os motivos e as causas neste período atual. Elas estão tão ligadas umas às outras que um problema sentido por uma refletirá nas demais, revelando a importância desses temas para os latino-americanos (QUIJANO, 1993. 60-61). Devido à crise do conhecimento eurocêntrico abriu-se um campo abundante de novos debates sobre a mudança histórica de transformação linear e contínua homogênea, de que uma determinada unidade transforma-se em outra ocupando o lugar anterior a sua transformação, criando um círculo vicioso, que sem isso a evolução histórica não faria sentido, mas analisando essa transformação histórica em relação à ideia de economia, do controle do trabalho e sobre os povos, essa ideia de homogeneização se desliga, pois as pessoas, a economia e o controle do trabalho são desiguais, são heterogêneos, sendo necessário admitir o caráter histórico-estrutural dessa diversidade (QUIJANO, 2005a: 128).

O padrão de poder hegemônico pós-1973 iniciou um processo de reestruturação contrarrevolucionária. Com o desemprego em alta, toda a população mundial perdeu, os movimentos revolucionários foram eliminados, assim como a URSS na Guerra Fria, permitindo que a resistência se desenvolvesse virtualmente no final do século XX. Este período pode ser comparado com a "revolução industrial burguesa", em que as formas de

dominação se tornaram ainda mais cruéis e violentas. O conformismo corre o risco de se tornar hegemônico e o desenvolvimento técnico científico se desenrole sem limites mundiais (QUIJANO, 2007: 01-02).

O capitalismo não mais produz e nem virá a produzir salários justos, acabará o serviço público, assim como, as liberdades civis, correndo o risco de novamente enfrentarmos a escravidão e a servidão. Aqueles poucos que são possuidores do poder são ardilosos e utilizam todos os recursos possíveis para a manutenção desse poder, sem levar em consideração os limites que nosso planeta demonstra. Esse padrão de poder pode ser considerado como o grande vilão da nossa existência. A tecnologia vem demonstrando que pode ser um meio eficaz de eliminação da dominação e da violência, já que ele pode produzir sem necessariamente recorrer à exploração, o capital não é imprescindível (QUIJANO, 2007: 02).

Já não basta mais lutar contra uma hegemonia estadunidense, temos que passar a temer outros atores internacionais como, UE, China, Índia, Rússia e Brasil, que não usarão uma forma pacífica para conseguir obter o controle do padrão do poder mundial, precisamos adquirir uma alternativa, e a América Latina está no centro e sendo palco desse movimento contra o capitalismo (QUIJANO, 2007:03).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre as reflexões presentes no Grupo Modernidade/ Colonialidade, destaca-se a tríade da colonialidade e com está marca a consolidação do campo das RI. Ainda que não seja objeto desse artigo, é importante sinalizar como o discurso científico dessa área é eurocêntrico e delimita seus sujeitos/objetos a partir da extensão da realidade dos países do centro para o mundo. Nesse sentido afirmou Hoffman (HOFFMAN, 1977: 41) que as RI são uma ciência social norte-americana, o que traz severas consequências na tentativa de analisar profundamente a realidade latino-americana e a partir dela (MASO; SELIS, 2012: 146).

De forma específica, Aníbal Quijano apresentou o modelo de dominação presente na colonialidade do poder, no eurocentrismo e no capitalismo, um sistema estrutural violento e insensível, que separou a humanidade utilizando uma palheta de cores, como se assim pudesse justificar tamanhas atrocidades. A classificação social se expandiu e se infiltrou na subjetividade dos colonizados, estando incrustado em nossas almas. Culturas foram apagadas e com elas se foram histórias, vidas, assim como, perdemos as tecnologias, as engenharias

descobertas nas civilizações dos incas, dos maias, e tantas outras. Abafaram os conhecimentos indígenas em nome do ego e da ambição europeia, perdendo-se na história.

Sociedades estruturadas foram repelidas por não serem consideradas avançadas, pois pela perspectiva eurocêntrica, sendo eles seres tão primitivos, estando no passado da teoria evolucionista, não poderiam ter desenvolvido avanços anteriormente à criação da modernidade europeia. Civilizações que séculos depois, ainda não alcançaram o pico máximo dessa evolução: não nos tornamos europeus!

Em nome da modernidade vinda com o capitalismo, vidas foram, são e serão sacrificadas com o objetivo de manter o "status quo" desse modelo econômico mundial.

Quijano faz um apelo, argumentando que o momento é de união entre os explorados contra o neoliberalismo globalizado, defendendo seus direitos a um salário justo, segurança e cidadania, assim como precisamos da união dos cientistas, dos intelectuais, provando o grau destrutivo do capitalismo e da necessidade de preservação ambiental (QUIJANO, 2007:03).

A América Latina passa por um processo de conflitos e debates em que busca seus conceitos de nação, de identidade e de democracia, que sejam feitos fora dos padrões europeus (QUIJANO, 1993: 62). Essa busca de uma re-identificação latino-americana, amplamente discutida nos centros acadêmicos e nas ações dos movimentos sociais, também entra em pauta como novo tema das Relações Internacionais. Dada a importante explanação de Quijano acerca dos acontecimentos históricos sentidos por todo o continente americano, que refletem/geram a colonialidade global, se as RI admitem o caráter emancipatório de reflexão e busca pela transformação da atual ordem deve admitir a perspectiva desse autor e seu grupo.

As opções estão sendo mostradas: o capitalismo surgiu juntamente com a América Latina e é nela que encontra a resistência necessária para a busca de alternativas para nos libertarmos desse padrão de exploração e de violência (QUIJANO, 2007:04).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v.11, 2013, pp. 89-117.

CASTRO-GÓMES, Santiago. GROSFOGUEL, Ramón. (ed.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá, Siglo del Hombre Editores. 2007.

DUSSEL, Henrique. Oito Ensaios Sobre Cultura Latino Americana e Libertação: Cultura Imperial, Cultura ilustrada e libertação da Cultura Popular. São Paulo, Paulinas. 1997.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: Boron, Atilio A.; Amadeo, Javier; Gonzalez, Sabrina. (org.) *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas.* Buenos Aires, Clacso, 2007, pp.1-527.

HOFFMAN, S. An American social science: International Relations. Daedalus, v.106 n.3, 1977, pp. 41-60.

MASO, Tchella; SELIS, Lara. Na Véspera do Tempo: Repensando as Relações Internacionais. *Revista Monções*, Dourados v.1, n.1, 2012, pp 133-155.

OLIVEIRA, L.F; CANDAU, V.M.F. Pedagogía decolonial y educación anti-racista e intercultural en Brasil. In: WALSH, Catherine. *Pedagogías decoloniales: Practicas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.* Quito, Ediciones Abya Yala. 2013.

QUIJANO, Aníbal. A América Latina Sobreviverá? *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.7, n.2, 1993, pp. 60-66.

_____ Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires, Colección Sur Sur, 2005a, pp.118-142.

_____ Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia. *Revista Novos Rumos*. v.17, n.37, 2012, pp. 04-28.

_____ Colonialidad del Poder y Clasificacion Social. Special Issue: Festchrift for Immanuel Wallerstein – Part I. *Jornal of world-systems research*. v.6, n.2, 2000, pp. 342-386.

_____ Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. 1a ed. Apresentação de Danilo Assis Clímaco. Tradução de Danilo Assis Clímaco. Buenos Aires, CLACSO. 2014.

_____ Des/Colonialidad Del Poder: El Horizonte Alternativo. *Observatorio latino americano de Geopolítica*. Lima, 2007, pp. 1-5.

_____ Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estud. Av. São Paulo*, v.19, n.55, 2005b, pp. 9-31.

RESTREPO, Eduardo. ROJAS, Axel. Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos. 1ª Ed. Popayán, Samava. 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. *Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília*, Brasília, v.3. n.1, 2010, pp.11-43.

_____ Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estud*. CEBRAP, v.7, 2007, pp. 71-94.

TICKNER, CEPEDA, BERNAL. Enseñanza, Investigatión y Política International (TRIP) En América Latina. BJIR, Marília, v.2, n.1, 2013, pp.6-47.